



ES CRAVO, NEM PENSAR!

no Maranhão 2015/2016

Expediente

Repórter Brasil

Organização de Comunicação e Projetos Sociais

PRESIDENTE: Leonardo Sakamoto

DIRETORIA: Claudia Carmello Cruz (Primeira-Secretária), Iberê Francisco Thenório (Comunicação), Paula Monteiro Takada (Projetos Sociais), Maurício Eraclito Monteiro Filho (Pedagogia), Rodrigo Pelegrini Ratier (Marketing)

CONSELHO FISCAL: Beatriz Costa Barbosa, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva e Spensy Kmitta Pimentel

COORDENADORES DE PROGRAMAS: Ana Aranha (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis), Natália Suzuki (Escravo, nem pensar!)

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO: Fabiana Garcia (coordenadora), Juliana Furhmann (assistente financeira) e Marília Ramos (assistente administrativa)

EQUIPE DO PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR!: Natália Suzuki (coordenadora); Thiago Casteli (coordenador assistente)

ESCRAVO, NEM PENSAR! no Maranhão 2015/2016

CONTÉUDO: Equipe do programa Escravo, nem pensar!

PROJETO GRÁFICO: Marcela Weigert

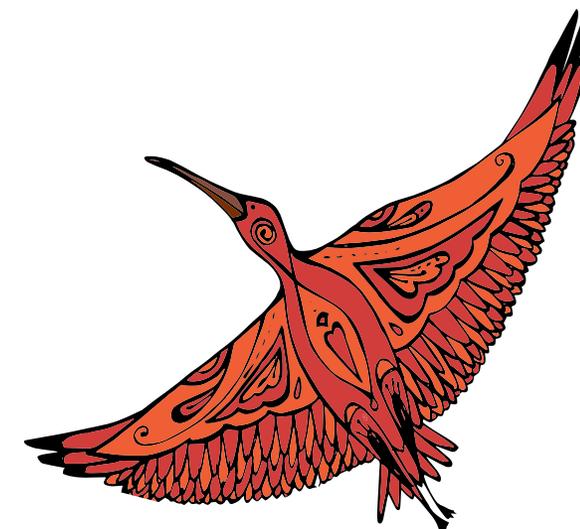
FOTOS: Todas as fotos foram produzidas e cedidas pelas UREs e escolas participantes do projeto, com exceção da primeira foto da p. 18, a da p. 20 e a segunda da p. 62, que são da assessoria de comunicação do governo do Maranhão

REALIZAÇÃO: Repórter Brasil e Secretaria de Estado de Educação do Maranhão

PARCERIA: Centro de Defesa da Vida e de Direitos Humanos de Açailândia, Centro de Defesa de Direitos Humanos de Santa Luzia e Comissão Pastoral da Terra

APOIO: Organização Internacional do Trabalho, Catholic Relief Service, Ministério Público do Trabalho

www.reporterbrasil.org.br | www.escravonempensar.org.br



**ESCRAVO,
NEM PENSAR!**
no Maranhão 2015/2016

Agradecimento

À Secretaria de Educação do Estado do Maranhão.

À equipe da Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais da Seduc.

Às equipes das Unidades Regionais de Educação de Açailândia, Balsas, Codó, Imperatriz, Santa Inês, São João dos Patos e São Luís.

Às escolas estaduais participantes deste projeto.

Ana Paula dos Santos Soares

Áurea Prazeres

Brígida Rocha

Cláudia Simone Carneiro Lopes

Clênia de Jesus Pereira dos Santos

Claudinei de Jesus Rodrigues

Daniel Merli

Elbna Ferreira Carvalho

Felipe Camarão

Fernanda Macedo

Flávia Moura

Francisco Gonçalves da Conceição

Ilma Fátima de Jesus

Luzinete Oliveira

Melanie Christine Polary Franco Rabelo

James Dean Alves Soares

João Antônio Moreira França

Jorge Serejo

Manoel Veloso Sobrinho

Maurel Mamede Selares

Nadya Dutra

Rosana Pinheiro

Rosyene Cutrim

Virgínia de Azevedo Neves



Sumário



06 Apresentação

08 O que é trabalho escravo?

09 Ciclo do trabalho escravo

11 Trabalho escravo no Maranhão

12 Ranking nacional por número de trabalhadores libertados

12 Ranking de naturalidade de trabalhadores

13 Estatísticas do Maranhão

13 Atividades econômicas flagradas com trabalho escravo no estado entre 2003 e 2014

14 Programa Escravo, nem pensar! no Maranhão 2015-2016

16 Fluxograma do projeto

17 Ficha técnica

18 Conquistas

22 URE Açailândia

22 Fortalecimento dos laços com a sociedade civil

25 Boas práticas da escola: Diálogo com a realidade

28 URE Balsas

28 Formação de rede para o combate ao trabalho escravo

31 Boas práticas da escola: Intervenção política

34 URE Codó

34 Resgate de iniciativas de prevenção ao trabalho escravo nas escolas

37 Boas práticas da escola: Resgate histórico

40 URE Imperatriz

40 Releitura de ações educacionais para o combate ao trabalho escravo

43 Boas práticas da escola: Envolvimento da comunidade

46 URE Santa Inês

46 Gestão e planejamento para de projetos de prevenção ao trabalho escravo

49 Boas práticas da escola: Sensibilização pela Educação

52 URE São João dos Patos

52 Disseminação estratégica do tema do trabalho escravo

55 Boas práticas da escola: Protagonismo juvenil

58 URE São Luís

58 Contextualização do trabalho escravo na realidade urbana

61 Boas práticas da escola: Mobilização coletiva

Saiba mais sobre trabalho escravo

64

Apresentação



“(...) você acha que vai receber alguma coisa e quando você chega pra acertar as contas, você é que tá devendo pro patrão, sabendo que suas mãos estão calejadas de tanto trabalhar, (...). Aí que é a tristeza grande do trabalhador, sem saber como é que vai conseguir voltar pra casa, você está numa situação que não pode sair, você tá vigiado. Aí que a angústia é grande, sabendo que a sua família tá passando necessidade em casa e você sem poder ajudar de alguma forma, se sente prisioneiro do próprio trabalho”

Entrevista de trabalhador, do livro Trabalho Escravo e Mídia: Olhares de trabalhadores rurais maranhenses, de Flávia Moura

A situação descrita acima não ilustra um passado distante. A narrativa é do presente momento. O trabalho escravo tem sido uma linha contínua, persistente e incisiva. Ela se mantém no sistema de produção, adaptando-se a conjunturas, trapaceando a legislação e a ética e se tornando instrumento de usurpação e exploração por parte de empregadores. Essa violação se impõe de forma autoritária e inflexível ao trabalhador por anos a fio, por uma vida inteira de labuta. É uma tragédia anunciada a hordas de trabalhadores em diferentes lugares do país.

O que mudou, então, desde que Dom Pedro Casaldáliga denunciou publicamente o problema na década de 1970? O que mudou desde o reconhecimento oficial dessa violação de direitos humanos por parte do governo brasileiro em 1995?

A despeito de muitos trabalhadores estarem submetidos a tratamento e a condições de trabalho desumanamente rudimentares, avançamos na percepção de que isso não é aceitável. Existem redes e iniciativas que nadam na contracorrente do que a realidade nos mostra e, por isso, precisamos falar delas. Essas iniciativas precisam ser mencionadas para ganharem existência no nosso repertório e se tornarem um contraponto à exploração de trabalhadores e uma resistência a estruturas consolidadas de poder e de produção.

O desenvolvimento do projeto Escravo, nem pensar! no Maranhão é um exemplo disso. Entre 2015 e 2016, a Repórter Brasil e a Secretaria de Estado de Educação do Maranhão iniciaram um processo formativo com educadores das áreas mais vulneráveis ao aliciamento de trabalhadores e ao uso de mão-de-obra escrava no estado. O objetivo da ação, que contou com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, da Catholic Relief Service, do Ministério Público do Trabalho, da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (Coetrae-MA), era impactar comunidades por meio da informação sobre os riscos do trabalho escravo e da mobilização contra esse problema.

Para isso, ao longo de nove meses, um processo de multiplicação foi organizado por meio de abordagens em salas de aula e projetos interdisciplinares em 62 municípios maranhenses. O que vimos acontecer não foram apenas atividades escolares, o que já teria sido muito diante das condições de ensino de alguns lugares; mas, sobretudo, pudemos testemunhar professores transformarem a sua percepção sobre o seu papel de educador; alunos protagonizarem processos de aprendizagem e se tornarem agentes de comunicação entre o conhecimento escolar e as vivências de suas comunidades; populações de municípios se engajando em rede contra uma violação, até então, naturalizada.

Nesse processo, além das escolas, entidades do Estado e da sociedade civil, que já realizam ações de combate ao trabalho escravo, contribuíram para potencializar os efeitos do projeto.

Poderíamos preencher as próximas páginas desta publicação descrevendo as mazelas que os trabalhadores enfrentam não somente no Maranhão – e isso, claro, não é menos importante –, contudo, desta vez, preferimos seguir o caminho oposto e falar sobre como combatemos essa prática espúria que ainda acomete o país.

Boa leitura!

Equipe do programa Escravo, nem pensar!.



o que é trabalho escravo?

No Brasil, o trabalho análogo ao de escravo, definido pelo Artigo 149 do Código Penal, não é caracterizado por meras infrações trabalhistas. Ele é um crime contra a dignidade humana, passível de punição.

Artigo 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena- reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

- I- cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;
- II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

- I – contra a criança ou adolescente;
- II – por motivo de preconceito de raça, cor etnia, religião ou origem.

Qualquer um dos quatro elementos a seguir é suficiente para configurar a exploração de trabalho escravo:

TRABALHO FORÇADO:

o indivíduo é obrigado a se submeter a condições de trabalho em que é explorado, sem possibilidade de deixar o local seja por causa de dívidas, seja por ameaça e violências física ou psicológica.

SERVIDÃO POR DÍVIDA:

fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e descontados do salário do trabalhador, que permanece sempre devendo.

JORNADA EXAUSTIVA:

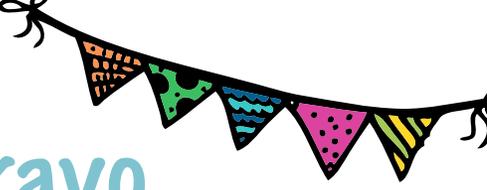
expediente penoso que vai além de horas extras e coloca em risco a integridade física do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para a reposição de energia. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar.

CONDIÇÕES DEGRADANTES:

um conjunto de irregularidades que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida sob a qual o trabalhador é submetido, atentando contra a sua dignidade. Elementos como alojamento precário, ausência de saneamento básico e de água potável, alimentação inadequada e falta de assistência médica podem configurar o trabalho escravo.

Ciclo do trabalho escravo





Trabalho escravo no Maranhão

No Brasil, 95% das pessoas submetidas ao trabalho escravo rural são homens. As atividades para as quais esse tipo de mão-de-obra é utilizado exigem força física, por isso os aliciadores buscam principalmente homens e jovens. Eles são, em sua maioria, migrantes, que deixaram suas casas com destino às regiões de expansão agropecuária e de projetos de construção civil. Saem de suas cidades, atraídos por falsas promessas de traba-

lho, ou migram forçadamente por causa de sua precariedade socioeconômica.

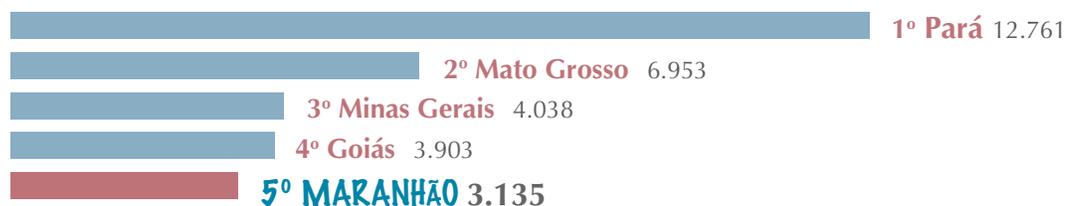
O Maranhão é um estado estratégico para o combate ao trabalho escravo no Brasil, porque ele é o que mais emite trabalhadores migrantes, que são explorados em outros lugares do país; além disso, figura entre os cinco primeiros com mais trabalhadores libertados no seu próprio território.

“Os princípios de valorização do conhecimento local e prévio, mobilização, protagonismo e autonomia dos indivíduos, criatividade e participação que orientam as ações do “Escravo, nem pensar!” e o seu foco educacional contribuem para o impacto do projeto. O processo formativo e multiplicador nas comunidades vulneráveis e mais atingidas pelo aliciamento permite que o tema seja exposto e discutido, estimulando a consciência crítica e o reconhecimento da existência do trabalho escravo em suas realidades. A partir disso, é fomentada a desnaturalização da exploração e das relações de trabalho abusivas. Ao se focar o trabalho escravo nessas ações formativas, trata-se também de trabalho decente, de direitos e de cidadania, o que em muito vem a contribuir para que seja pavimentada uma cultura de direitos”.

Flávia Piovesan, Secretária de Direitos Humanos do Ministério da Justiça



Ranking nacional por número de trabalhadores libertados*



* Mais de 50 mil trabalhadores libertados entre 1995 e 2015.

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho, sistematizados pela Repórter Brasil.

Ranking de naturalidade de trabalhadores libertados

| ESTADO | Número de trabalhadores | % |
|------------------|-------------------------|-------------|
| 1º. Maranhão | 7.721 | 23,6% |
| 2º. Bahia | 3.085 | 9,4% |
| 3º. Pará | 2.907 | 8,9% |
| 4º. Minas Gerais | 2.720 | 8,3% |
| 5º. Tocantins | 1.827 | 5,6% |
| Outros | 14.422 | 44,2% |
| TOTAL | 32.682 | 100% |

Fonte: Comissão Pastoral da Terra

Esses índices do Maranhão, em relação ao trabalho escravo, justificam-se em grande medida pelo contexto do estado. Grande parte da população maranhense vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Diante da necessidade de subsistência e das poucas oportunidades de geração de renda, o trabalhador é obrigado a migrar.

Estatísticas do Maranhão

| | Maranhão | Brasil |
|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) | 0,6391 (26º lugar dentre os estados brasileiros) | 0,727 |
| Rendimento Domiciliar* (2014) | R\$461,002 (o mais baixo do país) | R\$1.052,00 (média) |
| Saldo Migratório (entre 2005 e 2013) | 164.980 pessoas deixaram o estado | - - |

*soma dos rendimentos recebidos por cada morador, dividido pelo total de pessoas do domicílio

Fontes: Atlas de Desenvolvimento Humano - PNUD e IBGE

No estado do Maranhão, a principal atividade econômica, flagrada com casos de trabalho escravo, é a **pecuária**.

Atividades econômicas flagradas com trabalho escravo no estado entre 2003 e 2014

| ATIVIDADES ECONÔMICAS | TRABALHADORES RESGATADOS | (%) |
|-----------------------|--------------------------|-------------|
| PECUÁRIA | 2.072 | 83% |
| LAVOURAS | 163 | 7% |
| CARVÃO | 126 | 5% |
| CONSTRUÇÃO CIVIL | 80 | 3% |
| DESMATAMENTO | 46 | 2% |
| TOTAL | 2.487 | 100% |

Fonte: Comissão Pastoral da Terra

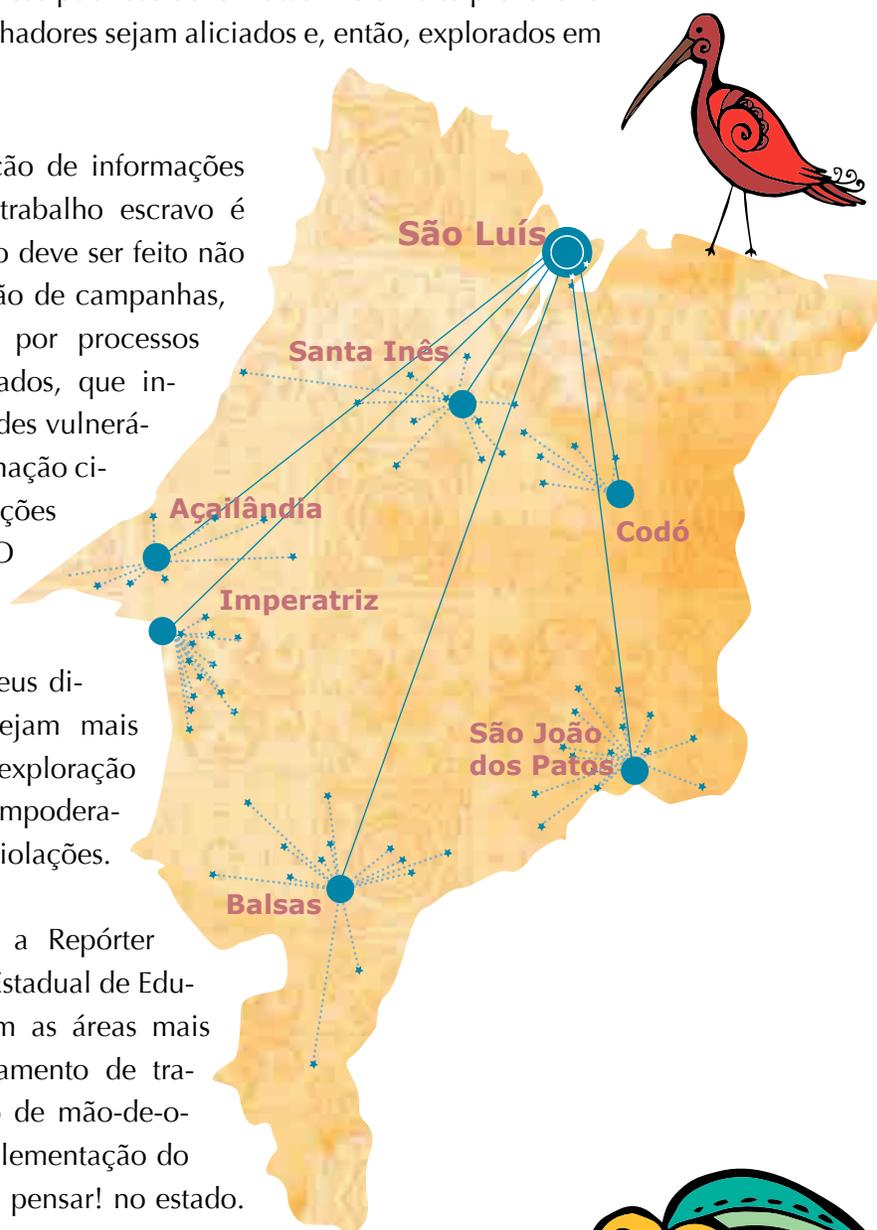


Programa Escravo, nem pensar! no Maranhão 2015-2016

Diante da situação do trabalho escravo no Maranhão, são necessárias ações que ampliem o escopo de resultados alcançados pelas medidas de fiscalização de propriedades e resgate de trabalhadores escravizados. Ou seja, as políticas públicas devem atuar no âmbito preventivo para evitar que trabalhadores sejam aliciados e, então, explorados em atividades laborais.

Para isso, a divulgação de informações sobre os riscos do trabalho escravo é imprescindível. E isso deve ser feito não apenas por divulgação de campanhas, mas principalmente por processos formativos aprofundados, que incidam em comunidades vulneráveis com vistas à formação cidadã das novas gerações de trabalhadores. O objetivo é tornar os trabalhadores e suas famílias cientes de seus direitos para que estejam mais protegidos contra a exploração e, sobretudo, mais empoderados para denunciar violações.

Com esse objetivo, a Repórter Brasil e a Secretaria Estadual de Educação diagnosticaram as áreas mais vulneráveis ao aliciamento de trabalhadores e ao uso de mão-de-obra escrava para implementação do projeto Escravo, nem pensar! no estado.



As escolas dessas regiões são administradas por 7 Unidades Regionais de Educação (UREs), que juntas compreendem 76 municípios.

O Escravo, nem pensar!, em parceria com a Secretaria de Educação, formou, então, um grupo de referência de 50 educadores (gestores e técnicos de formação das UREs), que se tornou responsável pela multiplicação dos temas do trabalho escravo e de outros correlatos, como migração, trabalho infantil, tráfico de pessoas etc.

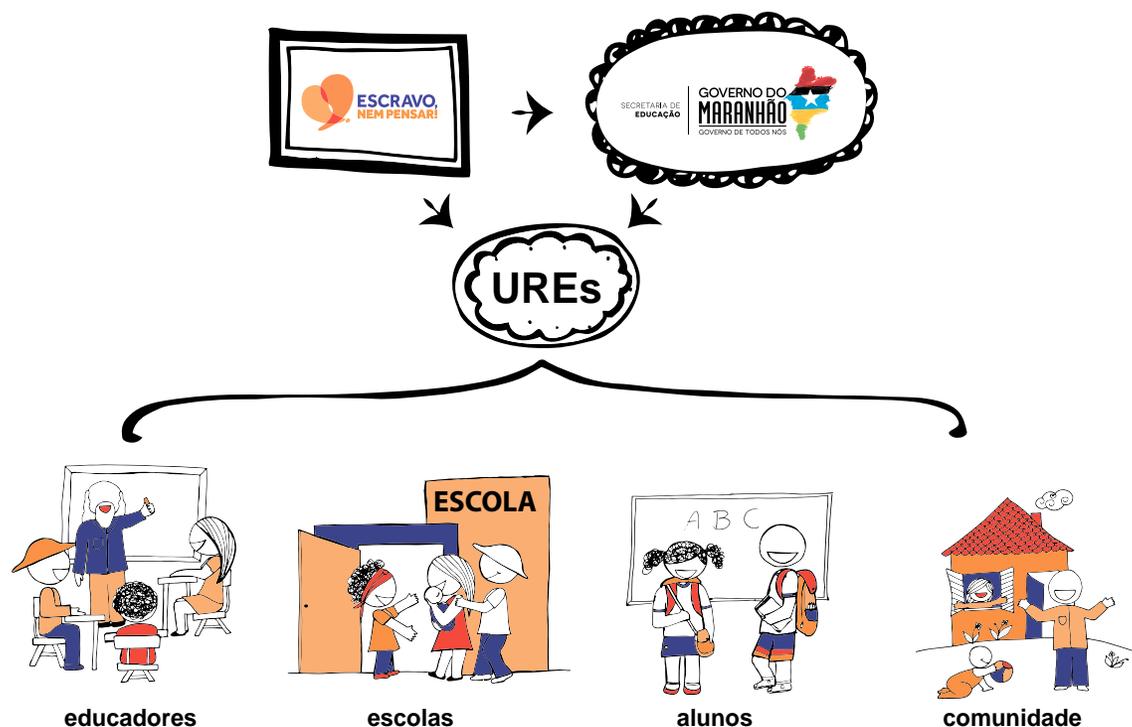
Para isso, eles participaram de três encontros formativos presenciais, em que eram discutidos conteúdos e recursos didático-pedagógicos. Esses subsídios serviram para que a equipe de cada URE transmitisse os conhecimentos adquiridos às escolas de sua região.

Isso foi feito por meio da capacitação do corpo docente de cada escola por meio de formações. O objetivo era apresentar o tema do trabalho escravo aos professores para que eles abordassem a questão a partir das aulas de suas disciplinas. Juntamente com os alunos, também foram desenvolvidos processos de aprendizagens também por meio de projetos interdisciplinares.

“Foi um trabalho de grande relevância para o nosso estado que atingiu uma população vulnerável, que antes era invisível. Nós plantamos uma semente em cidades importantes, com formação de muitos professores e muitos alunos envolvidos. Nós queremos que esse projeto continue.”

Felipe Camarão, secretário de Educação do estado do Maranhão

Fluxograma do projeto



“A importância do programa ENP! no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil é a prevenção. Através de um processo de educação e conscientização nas escolas e das comunidades, onde há alta incidência do crime, a gente consegue prevenir as pessoas que vão entrar no mercado de trabalho, para que estejam preparadas para identificar situações exploratórias e não aceitar ofertas ilusórias de trabalho”.

Luís Machado, coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado no Brasil da OIT

Ficha técnica

Objetivo geral

Diminuir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas a de escravidão nas zonas rural e urbana do território maranhense, por meio da educação.

Objetivos específicos

- Difundir o conhecimento a respeito de tráfico de pessoas e de trabalho escravo contemporâneo como forma de combater essas violações de direitos humanos por meio da educação;
- Promover o engajamento de comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo e o tráfico de pessoas

Público

Gestores e técnicos de formação de 7 Unidades Regionais de Educação da rede pública do Maranhão: Açailândia, Balsas, Codó, Imperatriz, Santa Inês, São João dos Patos e São Luís.

Período

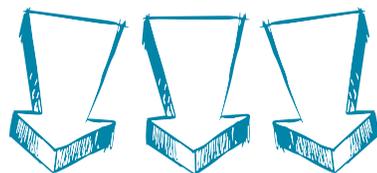
Setembro de 2015 a setembro de 2016

Conquistas

Projeto Escravo, Nem Pensar! no Maranhão
2015/2016

1º projeto de prevenção ao trabalho escravo em nível estadual no Brasil

62 municípios



203

Escolas

no campo e na cidade

O projeto garantiu ao Maranhão o cumprimento da meta 41 do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo

META 41:
Promover o desenvolvimento do programa 'Escravo, nem pensar!' de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo, nos estados em que ele é ação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo

"A execução de projetos estruturantes no combate ao trabalho escravo, como o ENPI, revela-se importante ferramenta de sensibilização para a transversalização das políticas de direitos humanos. Exemplos como o ENPI garantem o cumprimento das metas previstas no II Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no eixo da prevenção ao trabalho escravo".

Francisco Gonçalves da Conceição, secretário de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão e presidente da Coetrae-MA.

131.369

pessoas envolvidas na prevenção ao trabalho escravo

4.911 professores
966 funcionários de escolas
84.357 alunos
41.105 comunidade extraescolar



estimulou outras regiões do país a realizarem o projeto ENPI!

Repercussão nos canais de mídia do estado

“A importância do projeto consiste, em primeiro lugar, em trazer o tema dos direitos humanos para dentro da escola, que estava um pouco adormecido na rede estadual; e, além disso, trazer o tema do trabalho escravo para a comunidade escolar, porque é um tema que não envolve só alunos e professores, mas também os pais, para além dos muros da escola. Nesse sentido o projeto cumpre papel social fundamental”.

Claudinei Rodrigues, superintendente de Modalidades e Diversidades Educacionais da Seduc



PASSEATA NO CENTRO HISTÓRICO - CE JORNALISTA
JOÃO FRANCISCO LISBOA | SÃO LUÍS . MA



PASSEATA COM LEITURA DE TEXTOS SOBRE TRABALHO ESCRAVO -
CE ESTADO DE PERNAMBUCO - SANTA INÊS . MA



EDUCADORES DE REFERÊNCIA E EQUIPE ESCRAVO, NEM PENSAR! - 1º ENCONTRO FORMATIVO | SÃO LUÍS . MA

“Imagine essa façanha: pela formação de 50 gestores de escolas públicas, em um ano, se chegar a 84 mil alunos com formação sobre esse tema? O ENP! aproveita a capilaridade das escolas públicas para dar a escala à vigilância contra o trabalho escravo no Brasil, com uma equação de efetividade fenomenal”.

Rogenir Costa, representante da Catholic Relief Services



CULMÍNANCIA DAS ATIVIDADES - CE JOSUÉ
DINIZ ALVES | SANTA INÊS . MA

URE. Açailândia

Itinga
Buriticupu
Açailândia
São Francisco do Brejão
Cinelândia
Vila Nova dos Martírios
São Pedro da Água Branca

Equipe de referência ENP! da URE:
João Bosco Gurgel (gestor);
Phabiana Teles e Lindoracy Silva
(técnicas de formação)

| | Dados gerais | Alcançados pelo ENP! |
|-----------------------------|--------------|----------------------|
| Municípios | 8 | 7 |
| Escolas | 31 | 14 |
| Educadores | 562 | 334 |
| Alunos | 11.088 | 5.673 |
| Funcionários das escolas | | 27 |
| Comunidade extraescolar | | 113 |
| Total de pessoas envolvidas | | 6.147 |

Fortalecimento dos laços com a sociedade civil

A região de Açailândia apresentou nas duas últimas décadas altos índices de casos de trabalho escravo, relacionados principalmente ao setor siderúrgico, responsável pela produção e escoamento do aço para outras partes do país e do mundo.

Apesar dos altos investimentos no setor siderúrgico, não houve melhorias de condições laborais, já que muitos trabalhadores são explorados nas carvoarias

do Maranhão. O carvão é a matéria prima usada na fabricação do ferro-gusa que, por sua vez, é transformado em aço. Além disso, as amplas malhas ferroviária e rodoviária também colaboraram para que a região se tornasse grande exportadora de mão-de-obra escrava no país. Os municípios dessa área se destacam pela pobreza e casos de trabalho escravo, sendo frequentes os anúncios de ofertas de emprego em bares, pousadas e praças públicas.

Diante desse contexto, entidades da sociedade civil e autoridades públicas de combate ao trabalho escravo têm dedicado ações de repressão ao problema e de assistência a vítimas. Isso fez com que a implementação do Escravo, nem pensar! (ENP!) fosse respaldada por uma importante e consolidada rede de atores comprometidos em erradicar o problema na região, como a organização não-governamental Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH).

A Unidade Regional de Educação (URE) de Açailândia e o CDVDH trabalharam em parceria no planejamento e na disseminação do tema do trabalho escravo na escola. “A participação da sociedade civil foi muito positiva, acrescentou credibilidade ao trabalho, porque o CDVDH é referência pela realização de bons trabalhos em nossa região”, avalia Lindoracy Silva, técnica de formação da URE, enfatizando que a parceria com a organização é algo que têm sido recorrente.

O apoio da sociedade civil também contribui para atenuar o impacto do contingente reduzido e insuficiente de educadores nas escolas da região e estimular o envolvimento da comunidade: “Quando só a escola realiza, fica tudo muito restrito. O projeto chamou a atenção da mídia, o que ampliou a mobilização das pessoas”, diz.





Nessa boa relação, a sociedade civil também se viu contemplada. De acordo com Mariana de la Fuente, do CDVDH, o trabalho de sua organização tem encontrado mais abertura na comunidade para tratar do tema, desde que o Escravo, nem pensar! começou a ser implantado. “O projeto foi positivo, porque se criaram laços para os dois lados. A URE reforçou o trabalho da sociedade civil e vice-versa”, reconhece Lindoracy.

O projeto deve entrar no calendário escolar de 2017 para que ele seja abordado em todas as escolas da região de Açailândia como forma de dar continuidade ao projeto. “Em termos de processo de aprendizagem, um projeto dessa natureza e magnitude não se vai sem deixar uma marca. O ganho maior foi no âmbito social devido à identificação com o contexto local”, avalia a educadora.

“O ENP! contribuiu de forma decisiva para uma tomada de posição frente a essa realidade cruel que fere a dignidade da pessoa humana. Nossos professores se sentem motivados a discutir e propor intervenções para o enfrentamento do trabalho escravo em nosso território e contam sempre com apoio vital do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e da Vida e da ONG Repórter Brasil. Finalmente, podemos afirmar que o ENP! é um marco na intervenção educativa por parte das escolas da Unidade Regional de Educação de Açailândia, pois mudou a forma de ver e agir”.

João Bosco Gurgel, gestor da URE de Açailândia

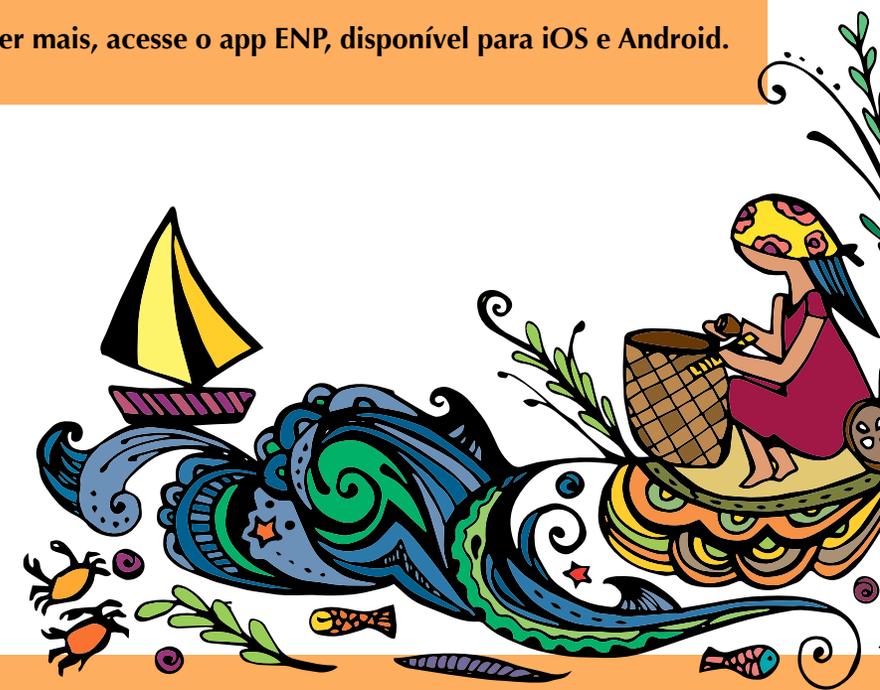


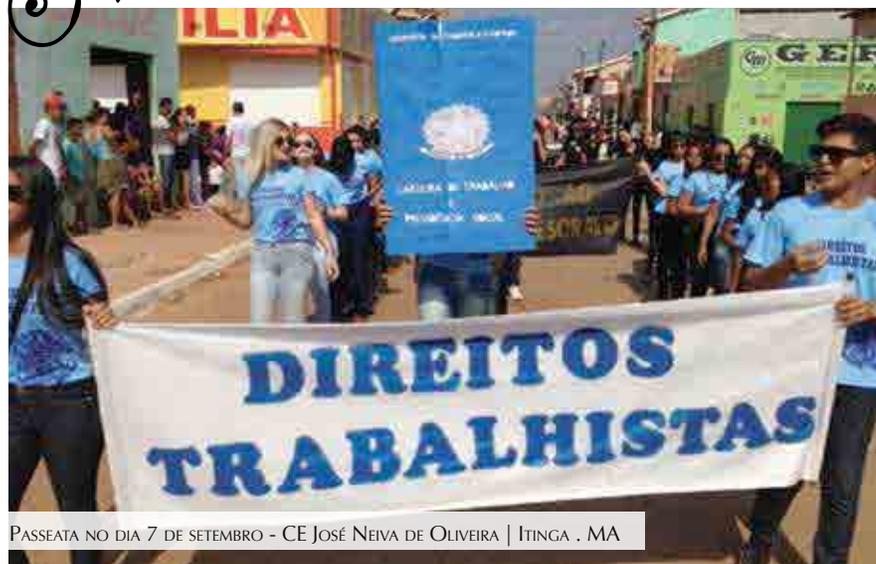
APRESENTAÇÃO – CE HENRIQUE DE LA ROQUE | SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA . MA

Boas práticas da escola: Diálogo com a realidade

A coordenação pedagógica da escola Centro de Ensino Professor Antônio Carlos Beckman, em Açailândia, implementou o projeto Escravo, nem pensar! de forma interdisciplinar, ou seja, praticamente todas as disciplinas utilizaram o tema do trabalho escravo na aprendizagem dos conteúdos obrigatórios. Com esse mote, houve produção textual de vários tipos, cartazes, telas de pintura e elaboração de estatísticas. Quando os professores iniciaram a abordagem do tema em sala de aula, muitos alunos imediatamente identificaram que seus familiares já haviam sido submetidos ao trabalho escravo. Diante disso, seis jovens tiveram a iniciativa de levar seus pais para compartilhar essa triste experiência na escola como forma de sensibilizar seus colegas e mostrar que o trabalho escravo é, de fato, uma violação muito presente na realidade local. Os trabalhadores - quatro homens e duas mulheres - narraram a exploração sofrida em carvoarias e fazendas da região a 760 alunos do Ensino Médio. Esses trabalhadores já haviam sido atendidos pelo Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos de Açailândia, organização não governamental do município, reconhecida pelo combate ao trabalho escravo na região.

Para saber mais, acesse o app ENP, disponível para iOS e Android.





PASSEATA NO DIA 7 DE SETEMBRO - CE JOSÉ NEIVA DE OLIVEIRA | ITINGA . MA

“Entendemos que o projeto ENP! contribuiu de forma efetiva para a ampliação dos trabalhos já realizados pelo CDVPH em Açailândia e região, principalmente na sensibilização de atores importantes nessa luta contra o trabalho escravo”.

James Dean Alves Soares, representante do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia



EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS - CE DOM MARCELINO BICEGO | AÇAILÂNDIA . MA



PASSEATA - CE JOSE NEVES DE OLIVEIRA | ITINGA . MA



TEATRO - CE MARY DALVA | AÇAILÂNDIA . MA



URE. Balsas

Equipe de referência ENP! da URE:
Luzimar Lucena (diretora de educação);
Ana Maria da Silva e Tereza Miranda
(técnicas de formação)

Formosa da Serra Negra
Fortaleza dos Nogueiras
Nova Colinas * São Raimundo das Mangabeiras
Carolina * Loreto
Balsas
Tasso Fragoso

| | Dados gerais | Alcançados pelo ENP! |
|------------------------------------|--------------|----------------------|
| Municípios | 14 | 8 |
| Escolas | 29 | 15 |
| Educadores | 591 | 440 |
| Alunos | 11.448 | 8.131 |
| Funcionários das escolas | | 115 |
| Comunidade extraescolar | | 7.350 |
| Total de pessoas envolvidas | | 16.036 |

Formação de rede para o combate ao trabalho escravo

A concentração fundiária, a alta mecanização dos plantios de soja e a falta de políticas de incentivo à agricultura familiar são alguns dos motivos que levam ao êxodo de trabalhadores da região de Balsas. Eles costumam partir para outros estados das regiões Norte e Sudeste em busca de empregos na construção civil e em outros setores de serviço.

Diante desse contexto, a equipe da Unidade Regional de Educação (URE) de Balsas considerou relevante que as abordagens sobre trabalho escravo enfatizassem também outros temas correlatos, como a migração e o tráfico de pessoas.

Com o objetivo de otimizar as atividades nas escolas e impactar a comunidade local, a URE orientou as escolas a apresentarem os seus

trabalhos em uma data comemorativa como o Dia da Independência, em 7 de setembro. Tradicionalmente, em momentos como esses, as escolas vão às ruas com as suas produções, envolvendo a comunidade na iniciativa.

Muitas escolas de Balsas e de outros municípios da região, como Tasso Fragoso e Loreto, acataram a sugestão e realizaram passeatas, levando o tema do trabalho escravo para as suas vizinhanças.

Segundo Tereza Miranda, técnica de formação da URE, os resultados positivos do projeto são decorrência do envolvimento dos professores, mas principalmente dos gestores das escolas, porque houve estímulo para que o tema fosse trabalhado de forma orgânica com o currículo obrigatório da escola. “Não foi uma ação isolada. Não foi só o pessoal das disciplinas de Humanas [que abordou o tema], porque envolveram mais professores de outras áreas nas atividades. Esse é um projeto que teve um foco que estava faltando nas

escolas. Os professores ficaram chocados em saber desse problema”, explica.

Sempre com o intuito de impactar a comunidade local, a equipe de Balsas se preocupou também em contar com entidades do poder público e da sociedade civil, envolvidas com o combate ao trabalho escravo na região, como a Justiça do Trabalho, a Comissão Pastoral da Terra e Organização dos Advogados do Brasil, para a realização de palestras de formação dos docentes.

Nesse contexto, as escolas municipais também protagonizaram ações. Convidados pela URE a participar da iniciativa, muitos docentes dessas escolas em Balsas também desenvolveram o projeto com seus alunos, o que trouxe um ganho especial e complementar para o projeto nessa regional, porque foi possível alcançar outras faixas de alunos, como os mais jovens do Ensino Fundamental, já que essa modalidade é administrada, em geral, pelas prefeituras.





“É um projeto importante e sempre muito atual, uma vez que ainda nos deparamos com situações análogas à de escravidão. Houve engajamento da nossa comunidade, e todo projeto foi acompanhado de grandes iniciativas no sentido de abordar e esclarecer o tema. Somos gratos pela realização e participação em tão valioso projeto, bem como, pela parceria de valiosas instituições públicas e privadas”.

Flávio Damasceno Nogueira, gestor da URE de Balsas



Boas práticas da escola: Intervenção política

Em Carolina, a 200 km de Balsas, a escola Centro de Ensino Sertão Maranhense fez abordagens sobre o tema do trabalho escravo em sala de aula com os alunos, que se concentraram na produção textual. A partir disso, um grupo de estudantes foi selecionado para apresentar os seus trabalhos em um seminário organizado na Câmara Municipal. Para esse evento, aberto ao público, foram convidados também o Ministério Público do Estado e a Igreja Católica, representados por um promotor e um padre respectivamente, para palestrarem sobre o problema.

Para saber mais, acesse o app ENP, disponível para iOS e Android.



APRESENTAÇÃO CULTURAL NA PRAÇA - UI LUIZ REGO | BALSAS . MA



SEMINÁRIO NA CÂMARA - CE SERTÃO MARANHENSE - CAROLINA . MA





PASSEATA - CE ENEAS MAIA FILHO | TASSO FRAGOSO . MA



FORMAÇÃO DOS EDUCADORES, COM PARTICIPAÇÃO DA CPT | BALSAS . MA

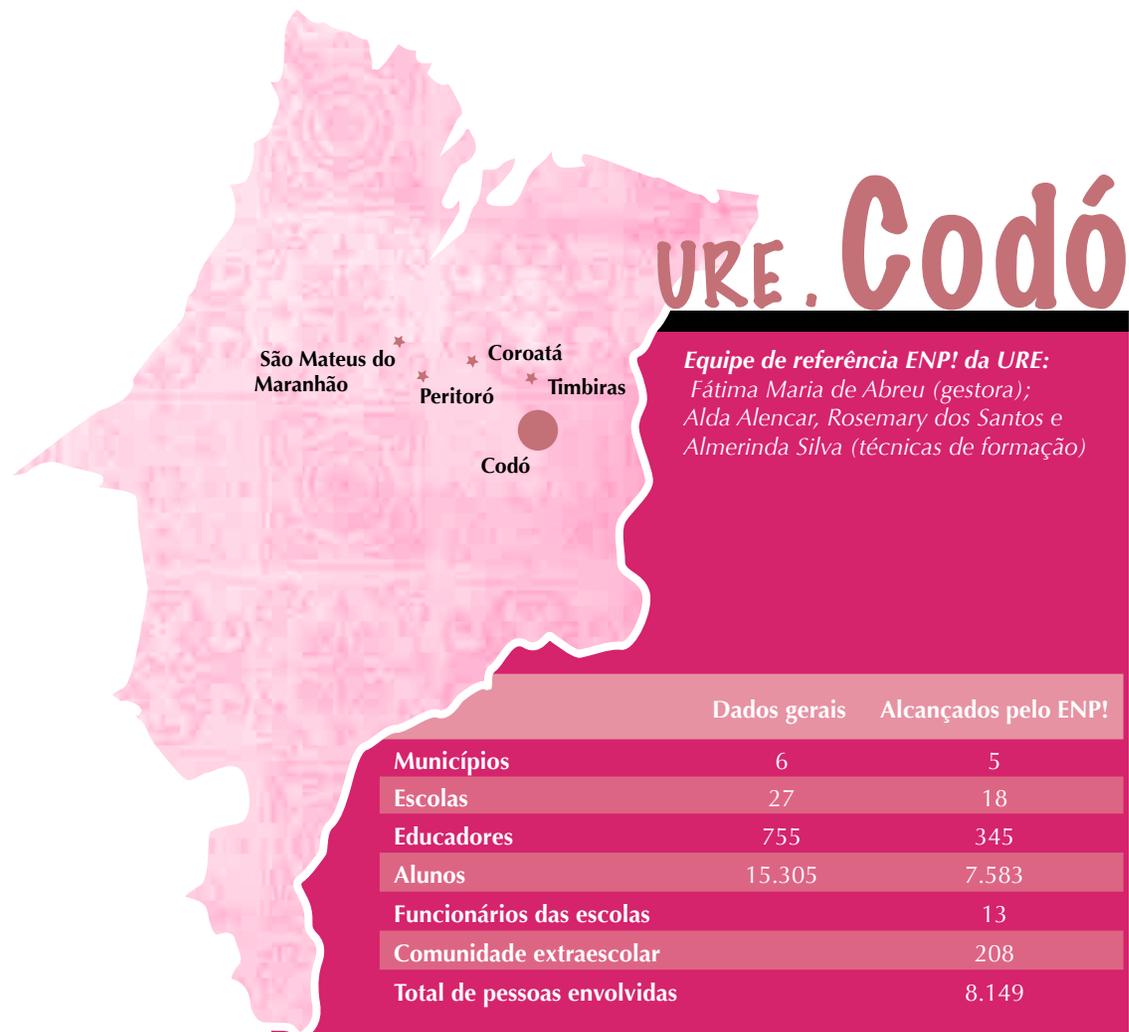


"(...) vocês estão contribuindo profunda e decisivamente para a nossa atuação pois, através dessa grande difusão do tema no meio escolar (...) criará uma consciência coletiva maior sobre a problemática do trabalho escravo, o que conseqüentemente aumentará o número de denúncias, expondo a realidade escondida".

João Antônio França, representante da Comissão Pastoral da Terra em Balsas (MA)



TEATRO - CE ANTONIO SIRLEY DE ARRUDA LIMA | FORMOSA DA SERRA NEGRA . MA



Resgate de iniciativas de prevenção ao trabalho escravo nas escolas

A Unidade Regional de Educação (URE) de Codó abrange municípios de onde parte a maior parte dos trabalhadores

maranhenses que são resgatados em situação de trabalho escravo no Brasil. Em busca de emprego e melhoria de vida, dirigem-se para outros lugares do país, como o estado de São Paulo. Em anos anteriores, os trabalhadores – a maioria, homens – deixavam as suas famílias para atividades sazonais como o corte de cana-de-açúcar, mas, com a retração desse setor, começaram a ocupar postos de trabalho na construção civil, igualmente temporá-



PASSEATA – CE COLARES MOREIRA | CODÓ . MA



rios. Com o fim da estação laboral, os trabalhadores retornam por alguns meses aos seus lares até iniciarem um novo ciclo de migração.

O problema desse enredo é que, muitas vezes, esses trabalhadores migrantes acabam explorados em empregos precários. Uma vez que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, acabam aceitando ofertas que não respeitam seus direitos trabalhistas. Não raro, podem ser aliciados e se tornar vítimas de trabalho escravo.

Por esse motivo, a região de Codó sempre foi considerada uma das prioritárias para as ações de prevenção ao trabalho escravo. Neste projeto, o objetivo era fazer com que o tema chegasse à juventude que já inicia a sua vida laboral. Quando a equipe da URE de Codó realizou a formação com os educadores das escolas da

região, a adesão e a multiplicação do projeto aconteceram de forma “natural”, pois muitos professores já haviam tido contato prévio com o programa Escravo, nem pensar! (ENP!) em 2013. Naquele ano, a Repórter Brasil desenvolveu um processo formativo para educadores da rede pública municipal de Codó, mas que se estendeu para algumas escolas de Timbiras e Peritoró. Além disso, a Repórter Brasil também apoiou, em 2014, ações de prevenção ao trabalho escravo em duas das maiores escolas do município.

Assim, essa experiência prévia contribuiu para que os professores já tivessem destreza sobre como lidar com o tema e pudessem aprimorar e aprofundar a sua abordagem no novo projeto. “Foi um processo em cadeia. Quando o projeto alcançou as escolas estaduais neste ano, os gestores viram que já havia pessoas capacitadas para organizar os projetos

nas escolas”, explica Alda Alencar, técnica de formação da URE de Codó .

A partir de agora, Alda confia que o processo de multiplicação será protagonizado pelos alunos: “A expectativa é que aqueles, que receberam a formação, puxem os mais novos, já que eles estarão em anos mais avançados”. Segundo ela, a ideia é envolver os alunos já formados como protagonistas nas atividades de multiplicação dos próximos anos.



“Todas as escolas se empenharam muito neste projeto importantíssimo para a nossa região. As famílias dos alunos já entenderam o mal que as promessas mentirosas podem trazer para os pais de famílias. Agora, através dos ensinamentos adquiridos pelo projeto ENPI, os trabalhadores abriram os olhos, procuram sindicatos, avisam os parentes, pedem documentos dos encarregados que os levam para as lavouras”.

Fátima Maria de Abreu, gestora da URE de Codó



APRESENTAÇÃO CULTURAL –
CE SÃO JOSÉ | SÃO MATEUS . MA

Boas práticas da escola: Resgate histórico

A escola Centro de Ensino Luzenir Matta Roma utilizou suas salas de aula para criar o Museu Escravo, nem pensar!. Esses espaços foram utilizados para organizar ambientes em que foram dispostos elementos da escravidão colonial, confrontados com cenários do trabalho escravo contemporâneo. A exposição, aberta ao público, contava com monitores – que eram os próprios alunos da escola – para explicar as instalações e seu contexto histórico e social. Essa mesma escola, juntamente com a Centro de Ensino Rene Bayma, realizou uma passeata pelas ruas de Codó, que culminou com uma encenação teatral em frente a Câmara Municipal. A iniciativa foi noticiada pela mídia.

Para saber mais, acesse o app ENP, disponível para iOS e Android.



SALA EXPOSITIVA – CE LUZENIR MATA ROMA | CODÓ . MA



MÍDIA REGISTRANDO AS ATIVIDADES NA PRAÇA
- CE COLARES MOREIRA | CODÓ . MA



SEMINÁRIO - CE FRANCISCO GONÇALVES
MAGALHÃES | COROATÁ . MA



PASSEATA | COROATÁ . MA



TRABALHOS ESCOLARES AFIXADOS NO
ESCRITÓRIO DA URE CODÓ





URE. Imperatriz

- Imperatriz
- Governador
- Edison Lobão
- Ribamar Fiquene
- Campestre
- Porto Franco
- Estreito
- Davinópolis
- João Lisboa
- Amarante
- Buritirana
- Senador La Rocque
- Montes Altos
- Lajeado Novo
- São João do Paraíso

Equipe de referência ENP! da URE:
 Orlean Santana (diretora de Educação);
 Doralice Mota e Eronilde Cunha
 (técnicas de formação)

| | Dados gerais | Alcançados pelo ENP! |
|-----------------------------|--------------|----------------------|
| Município | 14 | 14 |
| Escolas | 49 | 35 |
| Educadores | 1.297 | 1.010 |
| Alunos | 23.682 | 20.291 |
| Funcionários das escolas | | 275 |
| Comunidade extraescolar | | 9.009 |
| Total de pessoas envolvidas | | 30.585 |

Releitura de ações educacionais para o combate ao trabalho escravo

A região de Imperatriz é, ao mesmo tempo, polo de atração e repulsão de migrantes. As populações são atraídas pelo segmento terciário de cidades maiores, em que a economia é mais dinâmica. Por outro lado, um grande contingente de trabalhadores deixa os seus municípios de origem, cuja economia se baseia na agricultura e a pecuária, e se dirige para estados, como Pará e Goiás, em busca de emprego.

A esse contexto complexo e diversificado, é possível somar ainda os casos de trabalho escravo no polo siderúrgico, em fazendas de cultivo de eucalipto e no setor agropecuário da região.

Atenta a essa realidade, a equipe da Unidade Regional de Educação (URE) de Imperatriz tem abordado, nas escolas, temáticas sociais, que levam à reflexão dos alunos sobre o contexto local. Nos

últimos anos, houve um planejamento para se trabalhar a história e a cultura afro-brasileiras.

Esse trabalho existente foi a oportunidade para abordar o tema do trabalho escravo no âmbito do projeto Escravo, nem pensar! (ENP!). “Consideramos interessante aliar o ENP! com esse projeto já consolidado nas escolas”, conta Doralice Mota, técnica de formação da URE de Imperatriz. Segundo ela, a preocupação da equipe da URE era evitar a sobrecarga de atividades aos professores diante da quantidade de ações que lhes são solicitadas. Nesse sentido, a educadora avalia que o resultado foi bem-sucedido, porque a execução orgânica de dois proje-

tos otimizou os recursos e potencializou os resultados positivos: “Um fortaleceu o outro e continuamos trabalhando nessa perspectiva”, diz.

Anualmente, a URE organiza a “Leitura da Praça”, uma exposição pública com produções diversificadas das escolas para levar a reflexão sobre o racismo. Desta vez, a temática trabalhada no evento foi o trabalho escravo. Na ocasião, as escolas expuseram suas produções na praça central da Imperatriz, contando com a participação da comunidade. Outra iniciativa da URE, que reúne todas as escolas da região em torno de uma ação comum, é o Salão do Livro que, em 2016, contou com um concurso de desenhos sobre o trabalho escravo. Com a participação de 1,6 mil votantes, foram selecionados os melhores trabalhos de alunos sobre o tema.



EXPOSIÇÃO NA PRAÇA – DIVERSAS ESCOLAS | IMPERATRIZ, MA

Doralice avalia que o ENP! sensibilizou a comunidade para um problema que, apesar de muito presente na região, era invisível e naturalizado: “O trabalho escravo é tão forte na nossa região, mas não tínhamos essa dimensão. Nos bairros, nas praças, onde colocamos as estatísticas do problema, as pessoas ficam surpresas com esse problema. Por onde a gente passa, as pessoas ficaram sensibilizadas com o projeto”, conta.



A educadora destaca dois pontos que foram fundamentais para os resultados positivos do projeto na região. “O primeiro é o material pedagógico do ENP! de excelente qualidade. As escolas cobram mais materiais. Ele foi muito explorado. O segundo é a metodologia do projeto, que é participativo e estimula o protagonismo dos alunos e dos educadores”.

“Nossas escolas abraçaram este grandioso projeto pela relevância do tema e pela metodologia dinâmica e inovadora para tratar ludicamente um assunto tão sério, porém velado e ainda uma cruel realidade em muitas regiões do nosso país”.

*Orleane Evangelista de Santana,
diretora de Educação da URE de Imperatriz*

Boas práticas da escola: Envolvimento da comunidade

Muitas escolas utilizam a passeata como atividade para impactar e envolver a comunidade. Em Porto Franco, a escola Centro de Ensino Fortunato Moreira Neto incrementou essa experiência ao adicionar pontos de paradas ao longo do trajeto. Nesses locais, a passeata se detinha para realizar apresentações culturais à comunidade sobre o tema do trabalho escravo. Essa mesma escola levou os seus alunos para participar do Salão do Livro, organizado pela URE, em Imperatriz. No evento, houve um concurso de desenhos sobre o tema do trabalho escravo, que teve como vice-campeã uma aluna dessa mesma escola.

Para saber mais, acesse o app ENP, disponível para iOS e Android.



APRESENTAÇÃO CULTURAL –
CEJA | IMPERATRIZ . MA



PASSEATA – CE FORTUNATO MOREIRA
NETO | PORTO FRANCO . MA



APRESENTAÇÃO CULTURAL – CE
FORTUNATO MOREIRA NETO –
PORTO FRANCO . MA



BLITZ EDUCATIVA NO TRÂNSITO – CE
TANCREDO NEVES | IMPERATRIZ . MA



EXPOSIÇÃO DE DESENHOS
NA FEIRA DO LIVRO
IMPERATRIZ . MA



STANDS INFORMATIVOS NA PRAÇA | IMPERATRIZ . MA



URE Santa Inês

Bom Jardim *
 Pindaré-Mirim *
 Santa Luzia *
 Monção *
 Pio XII *
 Santa Inês *
 Satubinha *

Equipe de referência ENP! da URE:
 Maria Zuila de Sousa Silva (gestora);
 Antônia Matias Lira de Meireles e
 Elizabeth Silva Marinho (técnicas de
 formação)

| | Dados gerais | Alcançados pelo ENP! |
|------------------------------------|--------------|----------------------|
| Município | 12 | 7 |
| Escolas | 52 | 22 |
| Educadores | 921 | 507 |
| Alunos | 18.153 | 10.983 |
| Funcionários das escolas | | 78 |
| Comunidade extraescolar | | 4.095 |
| Total de pessoas envolvidas | | 15.663 |

Gestão e planejamento para projetos de prevenção ao trabalho escravo

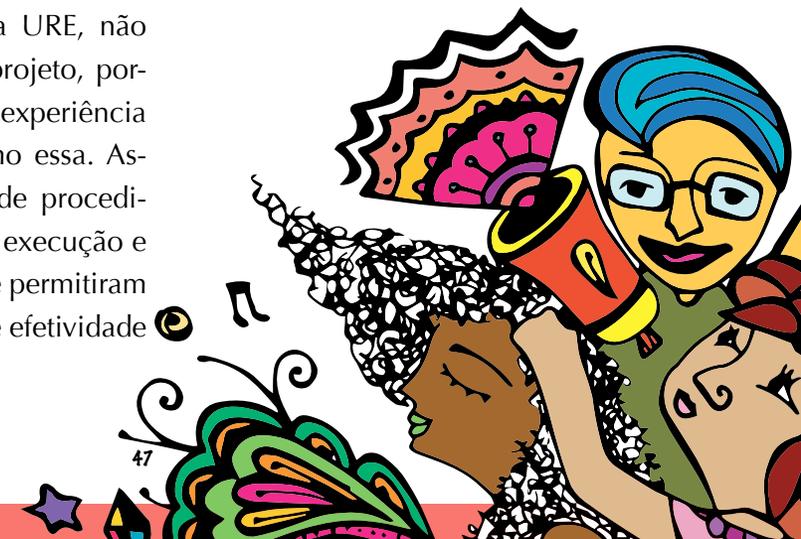
A região de Santa Inês também é caracterizada pela migração de trabalhadores para outros lugares do país. Em geral, homens com baixa escolaridade e sem qualificação profissional partem de municípios pequenos, como Pindaré-Mirim, para o corte de cana-de-açúcar, a colheita da laranja e outras atividades em setores hortifrutigranjeiros em Minas Gerais. Muitos deles também seguem para o Pará em busca de emprego nas mineradoras ou para os frigoríficos do Mato Grosso. Grande parte desses trabalhadores são alunos que ainda frequentam o Ensino Médio ou a Educação de Jovens e Adultos; muitos acabam evadindo dos últimos anos de formação formal.



Se escolher partir, o jovem deve estar ciente de seus direitos e das condições que serão ofertadas pelo empregador para que não caia em relações de trabalho abusivas e exploradoras. Por esse motivo, a difusão da informação em comunidades vulneráveis é fundamental sobre temas como a migração, o tráfico de pessoas e, sobretudo, o trabalho escravo. Por isso a equipe da Unidade Regional de Educação (URE) de Santa Inês considerou que a implementação do projeto nas escolas da região era coerente.

De acordo com Antônia Matias Meireles, técnica de formação da URE, não foi complicado executar o projeto, porque a sua equipe já possuía experiência com a gestão de ações como essa. Assim, priorizaram a adoção de procedimentos como planejamento, execução e sistematização das ações que permitiram controle sobre o calendário e efetividade das atividades.

A URE de Santa Inês, então, assumiu de forma autônoma e hábil a execução da metodologia de multiplicação, sugerida pelo Escravo, nem pensar! (ENP!), de acordo com a realidade de trabalho nas escolas: “Adaptamos o documento [da metodologia], deixamos mais simples para que as escolas andassem no mesmo ritmo para culminar num período específico. Quanto mais simples para o professor, melhor. Sugerimos o que, quando e como fazer”, explica Antônia.



VIVA A EDUCAÇÃO ALICIAMENTO NÃO

Tal organização permitiu que as escolas trabalhassem de forma individualizada, mas ao mesmo tempo num contexto único, planejado pela URE, o que resultou em um concurso entre as escolas para a premiação das melhores práticas no âmbito do projeto. Dessa forma, as escolas estaduais trabalharam em rede, com o mesmo objetivo e impactando a comunidade pela dimensão ampliada da ação. Além disso, a URE contou com o apoio da sociedade civil por meio da participação constante do Centro de Defesa de Direitos Humanos Santa Luzia: “Foi fundamental para o sucesso do trabalho”, avalia a educadora.

“O envolvimento das escolas no projeto ENP! gerou entre os participantes um ganho de consciência social, econômica e política em relação à realidade, pois antes culpavam os jovens e adultos que migravam [...]. Houve grande mobilização de professores, alunos, gestores e comunidade em defesa de um projeto [coerente] com a nossa realidade que trouxe para todos uma aprendizagem significativa”.

Maria Zuíla de Sousa Silva, gestora da URE de Santa Inês

Boas práticas da escola: Sensibilização pela Educação

A Escola Centro de Ensino Jerusa da Silva Rabêlo realizou um processo de aprendizagem em torno do tema do projeto, que partiu com uma pesquisa entre os seus alunos do 1º ao 3º anos do Ensino Médio a fim de saber se eles identificavam a existência do trabalho escravo em suas comunidades. A surpresa foi reconhecer que os próprios alunos haviam sido vítimas dessa exploração. Após essa constatação, foram desenvolvidas atividades informativas na escola; dentre elas estavam produções de textos, de curta metragem e uma blitz e panfletagem nas ruas da cidade para informar a comunidade sobre o problema, estendendo a ação para além dos muros da escola. Após o projeto, muitos alunos que, inicialmente, não se sentiam confortáveis em relatar a experiência sofrida, quiseram alertar os demais jovens sobre a situação pela qual passaram.

Para saber mais, acesse o app ENP, disponível para iOS e Android.



TEATRO - CE JERUSA DA SILVA RABELO |
PINDARÉ-MIRIM, MA



PASSEATA - CE JANSEN VELOSO | PIO XII (MA)



CARTAZES DAS ESCOLAS EXPOSTOS NA MOSTRA CULTURAL DA URE | SANTA INÊS . MA



ESCRavidÃO CONTEMPORÂNEA

Para assistir ao curta-metragem produzido pela escola, acesse goo.gl/IN2geb

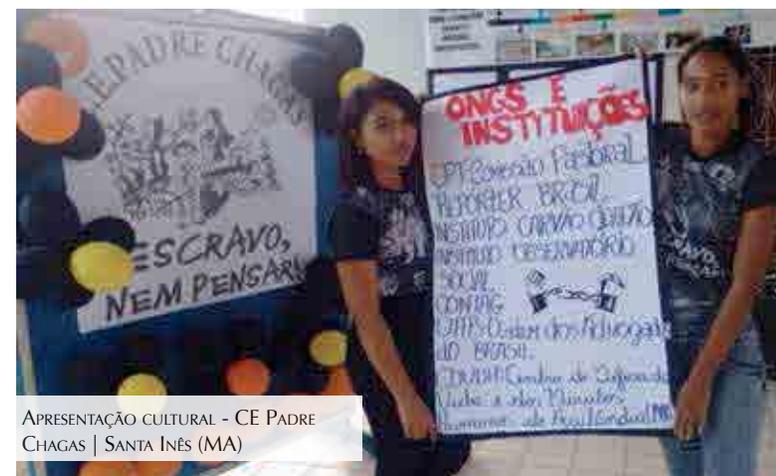
CENAS DO CURTA-METRAGEM – CE JERUSA DA SILVA RABELO | PINDARÉ-MIRIM . MA

“(...) o curso, por meio da didática eficaz e mágica, conquistou o público alvo para o fortalecimento do trabalho [de combate ao trabalho escravo]; possibilitou a construção de uma rede que funciona; surgiram mais voluntários para o fortalecimento do nosso trabalho. A magia desse curso é ele fazer com que cada participante se torne responsável em combater a temática abordada”.

Elbna Ferreira, representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Santa Luzia



PALESTRA COM ELBNA FERREIRA – CE CÍCERO FERREIRA SILVA | SANTA LUZIA . MA



APRESENTAÇÃO CULTURAL - CE PADRE CHAGAS | SANTA INÊS (MA)





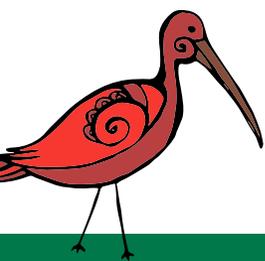
URE. São João dos Patos



Disseminação estratégica do tema do trabalho escravo

O cultivo de soja em grandes propriedades é uma das principais atividades econômicas do sul do Maranhão, que compreende a região de São João dos Patos. O setor costuma atrair migrantes de outras partes do estado, mas, ao mesmo tempo, muitos partem para trabalhar na construção civil em grandes centros no Sudeste do país.

A Unidade Regional de Educação (URE) de São João dos Patos é a que abrange a maior quantidade de municípios – 16, no total - dentre as UREs que participaram do projeto Escravo, nem pensar! (ENP!), por isso a diversidade local é vasta. Apesar do potencial de multiplicação, isso



também foi um desafio para a execução da ação nessa localidade.

O fato de a maior parte das escolas, diferentemente de outras UREs, não estar no município sede, ou seja, em São João dos Patos, fez com que a equipe tivesse que adotar uma estratégia para garantir a multiplicação do tema do trabalho escravo no maior número de escolas possível, independentemente das localidades delas.

Assim, tiveram que otimizar ao máximo o momento de formação que teriam com os educadores das escolas mais distantes. Além da apresentação do conteúdo, a equipe da URE contou com o apoio de outros atores que poderiam contribuir com diferentes perspectivas sobre o projeto e o combate ao trabalho escravo: “Convocamos os professores e, com eles, fizemos um dia de formação em que houve a exposição do projeto. (...) Nesse evento, convidamos o juiz da Vara do Trabalho e uma professora da cidade de Paraibano que já conhecia e havia participado do projeto [Em 2006, o ENP! realizara uma formação nesse município]. Contamos com essas experiências e relatamos o trabalho escravo à luz do Judiciário, o que deu resultado bastante efetivo”, conta Maria Raimunda da Silva, técnica da URE.

Maria Raimunda conta que a adesão ao projeto por parte dos professores se deu principalmente pela identificação do tema ao contexto local. “No início, acharam que era mais um tema com pouca relevância, mas à medida em que

destrinchamos a temática, viram que o assunto deveria ser trabalhado na escola e exposto para os alunos. Os colegas foram se identificando com o trabalho escravo. Resgataram histórias das suas famílias. O trabalho escravo está no meio da gente, na escola, na comunidade. É um tema que está ligando todo mundo”, explica.

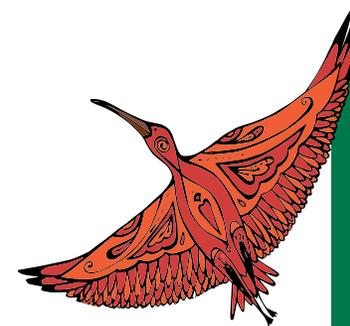
Já, nas escolas, o tema também encontrou ambiente propício para ser abordado e multiplicado entre os jovens, uma vez que ele serviu como uma oportunidade pedagógica de execução de atividades menos ortodoxas: “Os alunos não desenvolviam um projeto de grande envergadura há bastante tempo, então, neste projeto descarregaram a energia acumulada, abraçaram a causa, buscaram voluntários [para participar das atividades]. O projeto foi muito grande e significativo”, diz a educadora.





“O projeto ENP! me sensibilizou bastante. Foi um tema que mostrou a realidade em que ainda vive o nosso povo maranhense. E quando nós levamos isso para as escolas, para nossos alunos, nós percebemos o quanto isso mexeu com eles e com os nossos professores. Foi um tema que a nossa URE abraçou. Foi brilhante o resultado!”

Luciana Borges Leocádio, gestora da URE São João dos Patos

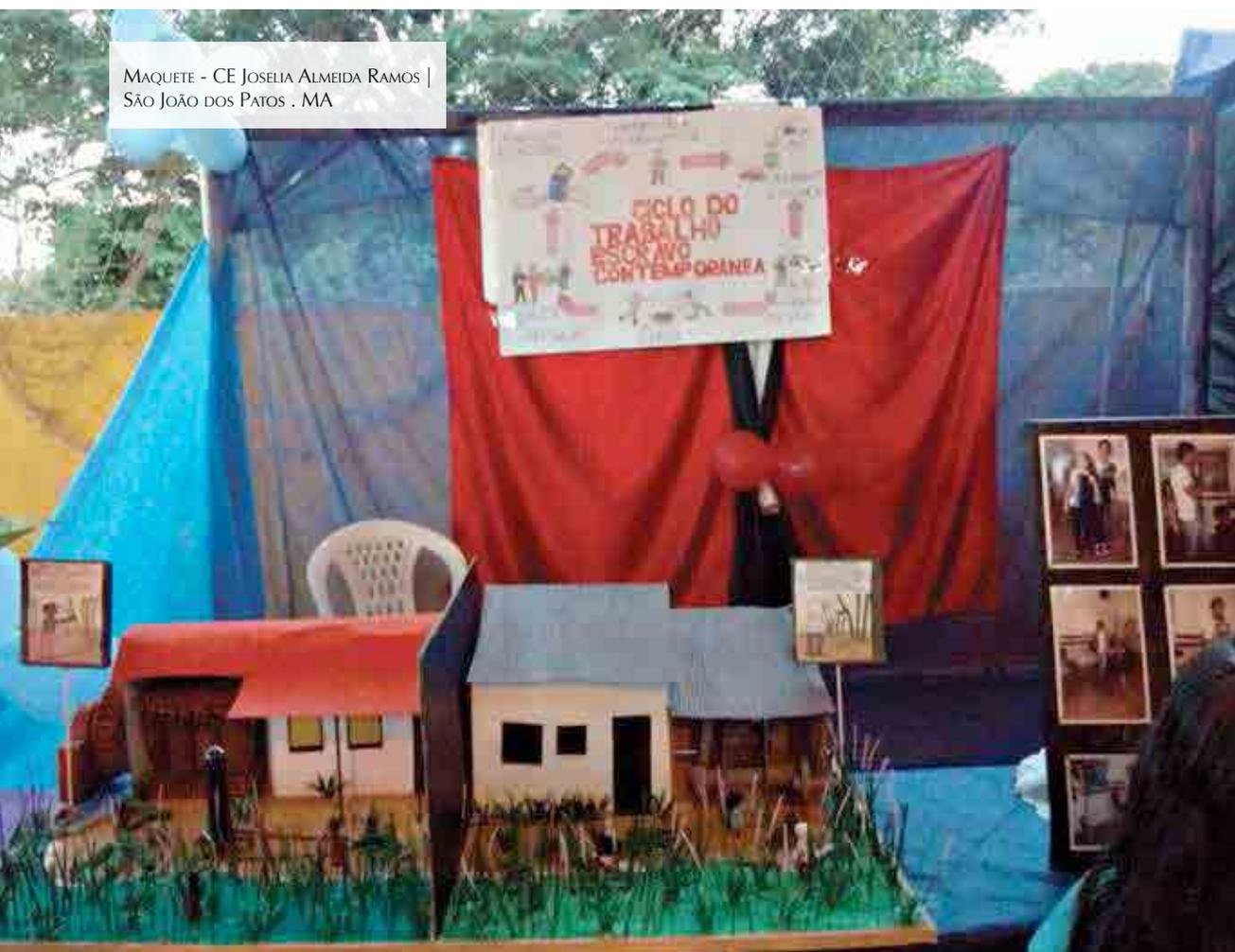


Boas práticas da escola: Protagonismo juvenil

O protagonismo dos alunos foi determinante para o sucesso do projeto. Na escola, os jovens do 3º ano da escola Centro de Ensino Joselia Almeida Ramos criaram um filme sobre a temática do trabalho escravo no corte da cana-de-açúcar. O processo envolveu criação de cenário, figurino, montagem de roteiro e edição do material audiovisual. Em outra situação, eles também foram responsáveis por convocar a comunidade para visita na escola, onde iriam expor produções sobre o tema e promover discussões em uma culminância. Para isso, mobilizaram um carro de som e organizaram uma carreata na cidade a fim de chamar a atenção da vizinhança para o evento. No dia da culminância, houve teatro de sombras, programa de auditório, *stands* com produções dos alunos. O encontro contou com a presença de convidados, como o juiz e o técnico do Tribunal Regional do Trabalho.

Para saber mais, acesse o app ENP, disponível para iOS e Android.

MAQUETE - CE JOSELIA ALMEIDA RAMOS |
SÃO JOÃO DOS PATOS . MA



GRAVAÇÃO DE CURTA-METRAGEM –
CE JOSÉLIA ALMEIDA RAMOS | SÃO
JOÃO DOS PATOS . MA

PASSEATA – CE JOÃO PESSOA | COLINAS , MA



PASSEATA – CE ANTÔNIO REINALDO PORTO – PASSAGEM FRANCA , MA

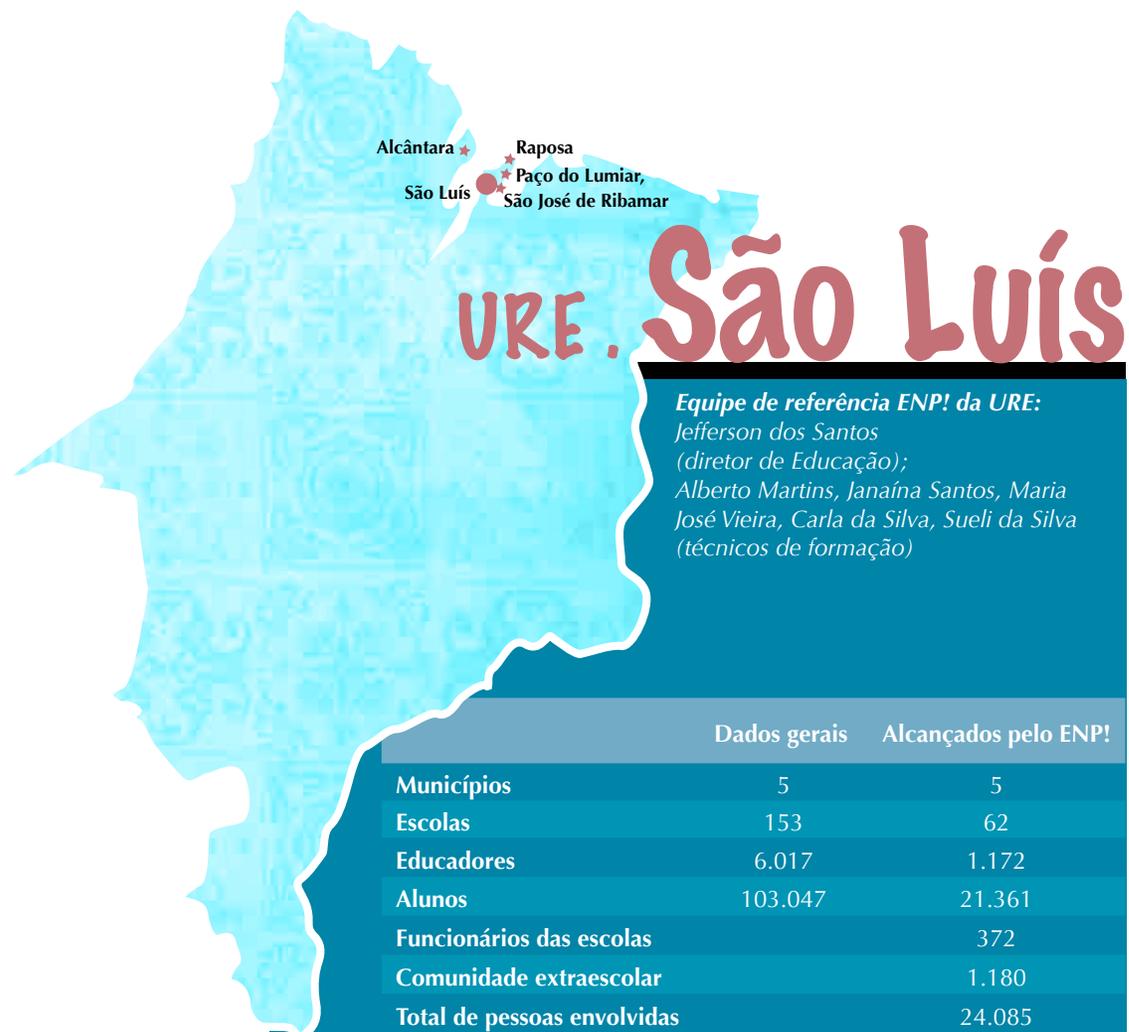


PASSEATA – PASTOS BONS , MA

PASSEATA – CE ESTADO DE SÃO PAULO | SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO , MA



PASSEATA – CE NEY BRAGA – BARÃO DE GRAJÁ , MA



Equipe de referência ENP! da URE:
 Jefferson dos Santos
 (diretor de Educação);
 Alberto Martins, Janaína Santos, Maria
 José Vieira, Carla da Silva, Sueli da Silva
 (técnicos de formação)

Contextualização do trabalho escravo na realidade urbana

Aparentemente, a cidade de São Luís e arredores poderiam ter pouco a ver com o tema do trabalho escravo por serem locais urbanos, no entanto, ao longo do projeto Escravo, nem pensar! (ENP!), ficou evidente a importância de tratar a questão também nessa região.

Em 2016, uma fiscalização do Ministério Público do Trabalho flagrou a utilização de trabalho escravo em obras de asfaltamento de estradas a menos de 100 quilômetros da capital maranhense. Nos últimos anos, tem sido cada vez mais frequente os flagrantes desse tipo de exploração no setor da construção civil. “A maioria das escolas



entendeu a realidade do trabalho escravo que, aqui em São Luís, se dá na construção civil. Há pais de alunos que viajam para a construção civil e mesmo dentro da capital. O aluno vê o contexto, discute com seus pais. A gente trabalha o método dialético; tudo parte da realidade social do aluno para que ele aprenda com facilidade”, conta Jefferson Santos, diretor da Unidade Regional de Educação (URE) de São Luís.

Além do contexto local, o envolvimento da URE de São Luís no projeto teve em vista o potencial de capilarização do tema, pois essa é a regional com a maior quantidade de matrículas do estado: são mais de 153 escolas frequentadas por mais de 100 mil alunos.

Essa abrangência poderia ter sido um desafio para a concretização das atividades nas escolas, já que a URE estaria encarregada de acompanhar muitas unidades ao mesmo tempo. Mas, com o comprometimento da equipe da URE e o apoio de um grupo de trabalho da Secretaria

Estadual de Educação, foi possível realizar um trabalho efetivo de acompanhamento pedagógico para que as atividades fossem concretizadas com os alunos: “Fomos às escolas, participamos de culminância, seminários. (...) Houve visita *in loco*, orientação, planejamento para pontuar que o trabalho escravo deveria estar no currículo das disciplinas”, explica Jefferson. O principal legado disso foi a revisão da proposta pedagógica das escolas da URE. De acordo com ele, 35% delas já inseriram o tema em seus Projeto Político Pedagógico, ou seja, a proposta é que a temática seja abordada permanentemente durante todo o ano de 2017. O objetivo da URE é que todas as escolas da sua região façam o mesmo.



Segundo o educador, a ação foi facilitada devido ao suporte pedagógico fornecido pelos materiais do projeto: “Ele é muito claro. A linguagem é direta, pedagógica para alunos e professores. Destaco o livro de apoio sobre trabalho escravo na oficina da moda, que faz esse elo com outra realidade que não é a nossa, mas com assuntos que aparecem no noticiário”. Segundo ele, essa questão gera interesse dos jovens, porque são “ligados à moda e consomem dessas empresas”, explica.

“Para mim, agregou conhecimento, apesar de eu ser professor de história e pedagogo, não tinha esse conhecimento sobre o tema. A formação [que recebemos do Escravo, nem pensar!] possibilita a formação de outros educadores. Seria importante que o tema se tornasse política de Estado, independentemente da gestão e da secretaria, para assim efetivar as diretrizes”.

Jefferson Santos, diretor de educação da URE de São Luís



FORMAÇÃO DE EDUCADORES
COM A PROF^a FLÁVIA MOURA
(UFMA) | SÃO LUÍS . MA

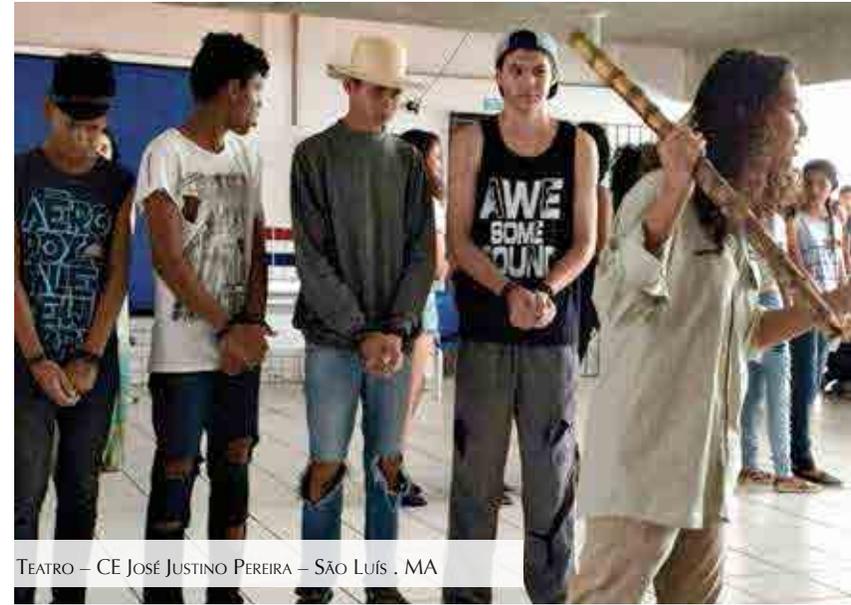
Boas práticas da escola: Mobilização coletiva

Apesar de a escravidão colonial e o trabalho escravo contemporâneo serem coisas distintas entre si, o Dia da Abolição da Escravatura, 13 de maio, costuma ser uma data oportuna para as escolas tratarem do tema do trabalho escravo, justamente para se destacar as diferenças e as semelhanças desses dois fenômenos. O Centro de Ensino Jornalista João Francisco Lisboa, por exemplo, aproveitou o ensejo para organizar uma caminhada com 250 alunos, cujo tema foi o trabalho escravo. O percurso feito por todo o centro histórico de São Luís e finalizado, em frente ao prédio Cafuá das Mercês, antigo mercado de escravos, onde os alunos protagonizaram uma peça teatral sobre o ciclo do trabalho escravo contemporâneo. Essa mesma peça foi encenada no encerramento do projeto Escravo, nem pensar!. Além dessa experiência, a escola realizou, com os seus 400 alunos no Ensino Médio, trabalhos, como literatura de cordel, produção de cartazes, faixas, gráficos e imagens sobre o trabalho escravo, que foram apresentados numa exposição organizada para a comunidade escolar. Para os professores, participantes do projeto, os resultados mais positivos de todo o processo de aprendizagem foi a maior integração do corpo docente; segundo eles, antes do projeto, havia professores que nem mesmo se cumprimentavam e, agora, tornaram-se amigos. A autoestima dos alunos se elevou porque eles próprios reconheceram suas habilidades e a capacidade de realizar uma ação que ultrapassa o âmbito escolar.

Para saber mais, acesse o app ENP, disponível para iOS e Android.



APRESENTAÇÃO CULTURAL | ALCÂNTARA . MA



TEATRO – CE JOSÉ JUSTINO PEREIRA – SÃO LUÍS . MA



PASSEATA – UI CÔNEGO RIBAMAR CARVALHO | SÃO LUÍS . MA



APRESENTAÇÃO MUSICAL - UI JOAQUIM AROSO | RAPOSA . MA





Saiba mais sobre trabalho escravo:

Livro Digital ENP!:

www.escravonempensar.org.br/livro



App ENP!



Gratuito e disponível na App Store e Google Play



EscravoNemPensar



escravonempensar



Junte-se à esta causa: #ENP



SOBRE O PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR!

Coordenado pela Repórter Brasil*, o Escravo, nem pensar (ENP!) é o primeiro programa educacional de prevenção ao trabalho escravo a agir em âmbito nacional. Desde 2004, tem realizado atividades em comunidades de região de alta vulnerabilidade socioeconômica, suscetíveis a violações de direitos humanos como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Suas ações de formações e prevenção já alcançaram mais de 200 municípios em dez estados brasileiros e beneficiaram mais de 500 mil pessoas. O programa foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e consta como meta ou ação de planos estaduais, como os da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins.

*SOBRE A REPORTER BRASIL

A Repórter Brasil, fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, é reconhecida como uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no país. O seu objetivo é estimular a reflexão e a ação sobre as violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias têm sido usadas como instrumentos por lideranças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial em iniciativas de combate à escravidão contemporânea, que afeta milhares de brasileiros.

Entre 2015 e 2016, o Escravo, nem pensar!, programa da ONG Repórter Brasil, juntamente com a Secretaria de Estado de Educação do Maranhão, realizou o projeto “Programa Escravo, nem pensar! no Maranhão” com o objetivo de prevenir o trabalho escravo, por meio da Educação, em 62 municípios do estado, localizados em áreas de vulnerabilidade socioeconômica.

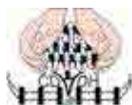
O Maranhão é o estado de onde provém a maior parte dos trabalhadores escravizados em outras localidades do Brasil. Mas em seu território, há também casos de trabalho escravo. Por esses motivos, são estratégicas as ações de prevenção ao aliciamento e à exploração de trabalhadores.



REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO:

